

a. Um resumo das contribuições da experiência para as políticas públicas, assim como das lições aprendidas.

No processo de luta pelo direito a cidade, os moradores da Ocupação Mama África com apoio da universidade e de organizações da sociedade civil, formularam seu Projeto Popular de habitação, em que contemplam inovações que podem servir como inspiração para a formulação de políticas públicas urbanas que sejam voltadas para o aproveitamento de imóveis abandonados, vazios e subutilizados para habitação de interesse social.

Segundo o Ministério das Cidades, a dinâmica do processo de ocupação do solo urbano, em muitas cidades do País, levou à constituição de novos bairros e centralidades, gerando, além da expansão horizontal e novas fronteiras urbanas, o paulatino esvaziamento de áreas infraestruturadas, que perderam população e atividades. O número de domicílios vagos no País vem crescendo, tendo havido, entre 1991 e 2000, um aumento de 55%. Em 2000, havia 4,6 milhões de domicílios urbanos vagos, dos quais 2 milhões e 250 mil situados em aglomerados metropolitanos. Nas Regiões Metropolitanas do Sudeste os imóveis vagos são em número superior às necessidade habitacionais.

Apesar do reconhecimento deste fato e do país ter hoje um conjunto de leis e instrumentos que permitem viabilizar tal proposta, os exemplos ainda são inexpressivos. Na verdade, trata-se de um estoque de prédios não adequados para uso imediato como moradia, mas a sua requalificação como unidades habitacionais de interesse social poderia auxiliar no atendimento ao déficit habitacional hoje existente e contribuir para o cumprimento da função social da propriedade e da cidade. Por esta razão, este é um ponto que tem estado presente na pauta dos movimentos populares que lutam por moradia digna.

O Projeto Popular Mama África demonstra a possibilidade dos municípios utilizarem imóveis abandonados e com ocupação informal, situados em regiões infraestruturadas, como alternativa para o tratamento da questão habitacional, em oposição a soluções de remoção, que recentemente voltaram à pauta. Atesta também a viabilidade técnica e jurídica de tal proposta. No caso específico de Niterói, sua implantação representará ainda a possibilidade de permanência de famílias de baixa renda em parte da cidade que, frente à proposta da OUC da área central, passará a ser disputada pelo capital imobiliário.

Quanto às lições aprendidas, o Projeto Popular Mama África tem contribuído para reforçar a organização e a mobilização dos moradores, que o veem (e efetivamente tem funcionado) como um instrumento de reforço à luta. A participação dos moradores em todo o processo de construção, com a discussão sobre a distribuição dos espaços, enriqueceu a visão deles sobre seu uso coletivo e agregou novas experiências e conhecimentos sobre as diferenças entre ser posseiro e estar incluído na cidade, como parte da construção da cidadania.